

Contra-ataque

terrorismo deve ser agora enfrentado com mais determinação e, sobretudo, com menos ambiguidade pelas potências do Ocidente.

Isso implica ações militares, controles de fronteira e aplicação de leis mais duras contra o tráfico de armamentos e de logística, como indicou o pronunciamento do presidente da França, François Hollande, perante o Parlamento reunido extraordinariamente em Versailles nessa segunda-feira.

O documento oficial da cúpula do Grupo dos Vinte (G-20) realizada nesse fim de semana em Antalya (Turquia) deixou claro dois outros pontos: (1) a escalada do terrorismo é sério obstáculo para a recuperação da economia mundial e precisa ser enfrentada com

medidas de controles e legislação apropriada; e (2) é preciso reforçar as medidas de combate às fontes de financiamento das atividades terro-

O cerco ao fluxo de financiamento do terrorismo já vem sendo adotado a partir de providências tomadas há meses no âmbito do G-20, que passaram a bloquear o trânsito ilegal de capitais, a sonegação de tributos, a lavagem de dinheiro e a esvaziar as atividades dos paraísos fiscais das quais se vêm valendo os organizadores do terrorismo, especialmente o Isis (Estado Islâmico do Iraque e da Síria – ou do Levante). Mas, depois do que aconteceu na sexta-feira 13 em Paris e da nova disposição dos chefes de Estado, essa coordenação global deve intensificar-se.

(Nesse sentido, vai na contramão



G-20. Combate ao terrorismo

das decisões do G-20 a leniência contida no texto do Projeto de Lei 2.960/15, de repatriação de recursos, aprovado pela Câmara dos Deputados do Brasil, que admite anistia até mesmo para capitais obtidos de forma criminosa.)

O financiamento do terrorismo islâmico deixou de basear-se predominantemente em contribuições de pessoas físicas, de instituições e de governos do mundo islâmico, como era nos tempos da Al-Qaeda, de Osama bin Laden. Agora, baseia-se principalmente na apropriação de riquezas nos países dominados, especialmente pela venda de petróleo.

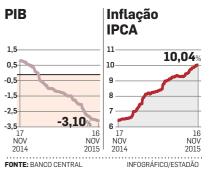
Ou seja, a partir do momento em que o Estado Islâmico deixou de ser um movimento puramente ideológico e passou a controlar territórios e a apropriar-se dos tesouros lá encontrados, o simples bloqueio do fluxo de recursos que patrocinam as atividades terroristas ficou insuficiente para deter seu avanço.

Isso sugere que, além de intensificar o cerco ao tráfico de armamentos, à lavagem de dinheiro e ao fluxo de recursos para o financiamento das atividade terroristas, as potências do Ocidente passem a intensificar ações militares destinadas a recuperar territórios hoje controlados pelo Isis.

De todo modo, é preciso saber a que governos serão entregues esses territórios assim que reconquistados. Essa parece ser a principal divergência entre os governos dos Estados Unidos e da Rússia. Se esse processo será ou não intermediado pelas Nações Unidas, de maneira a engajar no processo governos da Ásia e do Oriente Médio, é outro ponto que precisa ser esclarecido.

CONFIRA

• Projeções do mercado para 2015 - Pesquisa Focus



Pela primeira vez desde 2003, o mercado passou a prever inflação superior a 10% no ano.

Diálogo com o Isis

À luz de tudo o que aconteceu antes e depois dos atentados de Paris, fica ainda mais incompreensível e irresponsável o pronunciamento da presidente Dilma na Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2014, quando condenou os ataques dos Estados Unidos ao terrorismo islâmico e reivindicou soluções com base no diálogo com os representantes do Isis, os mesmos que decepam cabecas sem admitir conversa com ninguém.

O registro dos planos na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização

É fácil fazer seguros conosco 103 milhões de clientes

fazem isso todos os dias

Saiba mais falando com seu corretor



www.axa.com.br

Editorial econômico

Falta de crédito e confiança afeta mercado de imóveis



nômica é muito desfavorável ao mercado de imóveis. Não bastasse a recessão que afeta o ânimo dos O ESTADO DE S. PAULO compradores potenciais, muitas

instituições financeiras já não têm recursos provenientes das cadernetas de poupança para oferecer empréstimos para a compra da casa própria. Em alguns casos, os bancos precisam se valer de instrumentos de captação de custo mais elevado, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), o que resulta em prestações mais altas, afugentando os mutuários finais. Essa situação está afetando quase todos os principais agentes de crédito.

A escassez de recursos – quase R\$ 54 bilhões saíram das cadernetas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) entre janeiro e outubro, dos quais R\$ 2,8 bilhões no mês passado – é um dos fatores que explicam os dados negativos divulgados há alguns dias pelo sindicato da habitação (Secovi), sobre a Região Metropolitana de São Paulo.

Na capital, as vendas de imóveis novos caíram 13,3% entre agosto e setembro, para 1.392 unidades, e de 50,1% em relação a setembro do ano passado. Ainda que os dados tenham sido agravados pela sazonali-

dade, pois 2014 foi influenciado pela realização da Copa do Mundo, os números são muito ruins.

Segundo a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio, foram lançados em setembro apenas 1.057 imóveis, queda de 39,9% em relação a agosto e de 74,3% comparativamente a setembro de 2014. Na Região Metropolitana, excluída a capital, a queda das vendas entre os primeiros nove meses de 2014 e 2015 foi de 21,5% (de 11.847 unidades para 9.295). Mas os lançamentos fora da capital, com preços mais baixos, nao so reagiram entre agosto e setembro, como a queda foi menor comparativamente a 2014.

No mercado paulistano, a maior demanda é por imóveis de dois dormitórios, típicos da classe média. É fato isolado a reação, em setembro, nos imóveis de quatro dormitórios, segmento onde a liquidez é menor.

O indicador mais positivo foi a diminuição do estoque de imóveis à venda, de 26.195 unidades, menor do ano – o estoque era de 28.118 unidades em maio. Mas a queda do estoque ainda é pequena e revela que o problema do excesso de oferta deverá persistir em 2016.

Não há soluções simples para a retomada do setor. Mesmo que os juros caiam se a inflação ceder e a situação fiscal melhorar, será preciso que os mutuários potenciais recobrem a confiança.

Opinião

Envelhecimento rápido – alegrias e desafios





eus colegas Fabio Giambiagi, José Cechin, Paulo Tafner, Helio Zylberstajn e outros têm sido incansáveis na missão de alertar a população e o governo sobre a inviabilização do sistema previdenciário brasileiro quando explodir a bomba-relógio que está armada entre nós.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014, publicados na semana passada, reforçaram o fato de que os brasileiros estão envelhecendo a uma velocidade estonteante: entre 2001 e 2014 a população de idosos passou de 9% para 14% do total da população. O número de idosos no Brasil vem dobrando a cada 25 anos, enquanto na Françaisso aconteceu em cem anos. Entramos na fase final do bônus demográfico. Dentro de 15 anos haverá mais idosos (consumidores de Previdência Social) do que jovens (contribuintes da Previdência).

Não poluirei a mente do leitor com mais dados. O problema é conhecido. Demografia é destino. O envelhecimento com saúde é uma grande conquista da humanidade e um enorme desafio para as instituições de proteção social.

Por que tem sido tão difícil de reformar a Previdência Social? No meu entender, o problema número um reside na falta de liderança dos governantes para mostrar à população, didaticamente, que a conta que já não fecha hoje não fechará de maneira alguma daqui a 15 ou 20 anos.

É famosa a frase de John F. Kennedy que recomendava consertar o telhado quando o tempo está bom, porque a tarefa se torna impossível nos dias de tempestade. No caso da Previdência Social do Brasil, os dias de bom tempo estão passando rapidamente. Já devíamos ter agido de forma mais efetiva. Paliativos como a fórmula 85/95 não resolvem. Apesar de esse expediente alongar um pouco mais o período laborativo dos brasileiros, ao longo do tempo a fórmula 85/95 ocasionará um aumento de despesas para um sistema oraticamente falido.

Os analistas neste campo são unânimes em recomendar a adoção da idade mínima inicial de 65 anos e ir subindo na medida em que as pessoas forem ganhando condições para trabalhar por mais tempo. É isso que fizeram os países mais avançados que, a propósito, ficaram ricos antes de ficarem velhos. O Brasil está ficando velho antes de ficar rico. Anos de baixo crescimento econômico e até recessivos, como os que vivemos atualmente, não darão a menor condição de gerar os recursos parabancaruma população idosa crescente e que depende de uma população jovem que encolhe.

Penso que a imprensa poderia ajudar mais do que tem ajudado, na medida em que seus profissionais viessem a formular uma campanha pedagógica de caráter contínuo com esclarecimentos bem objetivos aos eleitores, preparando-os para aceitar a discussão de um assunto que é espinhoso, sem dúvida, mas de inadiável necessidade.

Nessa campanha seria fundamental deixar claro que a entrada num novo regime previdenciário - com idade mínima de 65 anos - seria gradual e baseada em regras de transição capazes de preservar os direitos adquiridos dos que já estão no mercado de trabalho. As reformas adotadas nos países avançados entraram em vigor gradualmente, chegando à plenitude vários anos depois da sua aprovação. Com isso, diminuíram as resistências dos que sempre perguntam: "Por que sou obrigado a trabalhar mais, logo agora que estou pronto para aposentar:

Mais importante do que um bombardeio de dados estatísticos, essa campanha teria de tocar no coração das pessoas. Cada um de nós teria de compreender que, mais cedo ou mais tarde, vamos ser indagados pelos nossos filhos e netos: "Como puderam vocês causar tamanho desastre para nós ao fecharem os olhos para os pavorosos desequilíbrios que se avolumaram à sua frente durante tantos anos?". Ou seja, uma campanha nesse campo teria de trabalhar não só com a razão, mas, sobretudo, com as emoções. Coisas que os marqueteiros sabem muito bem como fazer.

PROFESSOR DA FEA-USP, É PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA FECOMERCIO-SP E MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Panorama Econômico



XI JINPING PRESIDENTE DA CHINA

"O mundo precisa urgentemente encontrar novas fontes de crescimento econômico."



JOSÉ SERRA SENADOR (PSDB-SP)

"Não lembro de presidente do BC tão comprometido com especulação cambial como esse senhor (Meirelles)."



ARMANDO MONTEIRO

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO

"O Mercosul precisa sair do isolamento. É hora de avançarmos e o Brasil tem uma posição muito firme."

RELAÇÕES BILATERAIS

China e Turquia renovam acordo de swap cambial

- A China renovou um acordo de swap cambial com a Turquia,
- ♦ informou o Banco do Povo da China (PBoC). O acordo já se estende por três anos e o montante envolvido foi elevado de 10 bilhões de yuans para 12 bilhões de yuans. De acordo com o Banco do Povo, o acordo vai impulsionar o comércio e o investimento entre os dois paí-

ÍNDIA

Exportações do país recuam pelo 11º mês

As exportações da Índia caíram 17,5% em outubro em relação ao mesmo período do ano passado, para US\$ 21,35 bi-Îhões, o 11.º mês seguido de queda, informou o Ministério do Comércio e Indústria. Segundo o ministério, as importações também diminuíram 21,2% na comparação com o ano anterior, atingindo US\$ 31,12 bilhões em outubro.

"Esse esforço de reequilíbrio fiscal agora vai requerer de nós, além de todas as medidas de redução de despesas que nós tivemos, vai requerer de nós, para poder fechar as contas e fazermos superávit, vai requerer do Brasil a consciência e a responsabilidade para aprovar a CPMF.' **Dilma Rousseff**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FINLÂNDIA

Parlamento vai debater saída da zona do euro

O Parlamento finlandês vai

debater no próximo ano se deixará a zona do euro, disse ontem uma autoridade parlamentar sênior, em um movimento que não deve acabar com a participação no bloco de moeda única, mas que destaca a insatisfação dos finlandeses com o desempenho econômico de seu país. A decisão acontece após petição de cidadãos que



conseguiu levantar as 50 mil assinaturas necessárias, segundo as regras finlandesas, para forçar tal debate, provavelmente a primeira iniciativa do tipo em qualquer dos 19 países membros da zona do euro.

Ladeira abaixo

As vendas no varejo da capital paulista registraram forte queda na primeira quinzena do mês

15,15%

foi o recuo ante o mesmo período do ano passado; de acordo com a associação do setor (ACSP), as vendas a prazo caíram 13,0%, enquanto as operações à vista recuaram 17,3%